

## **PORTARIA Nº 03, de 5 de maio de 2015**

Define as atribuições da Coordenadoria de Apoio Operacional do Ministério Público de Contas em relação às informações e documentos que relataram a ocorrência, em tese, de irregularidade no âmbito da Administração Pública Estadual ou Municipal

O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 32 da Lei Complementar n. 102/2008, no art. 62, IV, da Resolução n. 12/2008 do Tribunal de Contas

### **RESOLVE:**

Art. 1º A Coordenadoria de Apoio Operacional do Ministério Público de Contas – CAOP será responsável pelos atos de atribuição da Secretaria do Ministério Público de Contas elencados a seguir:

I – realizar e administrar a distribuição ou redistribuição, aos Procuradores do Ministério Público de Contas, de informação ou documentação enviada ao *Parquet* Especial que relatar a ocorrência, em tese, de irregularidade no âmbito da Administração Pública Estadual ou Municipal, nos termos da Resolução MPCMG n.º 07/2013;

II – realizar a pesquisa a que se refere o §1º do art. 1 da Resolução MPCMG n.º 07/2013;

III – expedir ofícios, intimações, requisições e representações assinadas pelos Procuradores do Ministério Público de Contas;

IV – gerir o Cadastro de Registro Único a que se referem os arts. 3º e 4º da mencionada norma.

V – dar ciência ao informante e ao denunciado da decisão de arquivamento da informação ou da documentação que relatar ou demonstrar ocorrência, em tese, de irregularidade no âmbito da Administração Pública Estadual ou Municipal.

VI – dar ciência ao informante e ao denunciado da deliberação do Colégio de Procuradores sobre a promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório e/ou Inquérito Civil (art. 5 e parágrafo único da Resolução MPCMG n.º 07/2013).

VII – manter o controle de prazos previstos na Resolução MPCMG n.º 07/2013.

Parágrafo único. Após a promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório ou do Inquérito Civil, bem como de decisão pelo arquivamento da informação que relatar a ocorrência, em tese, de irregularidade no âmbito da Administração Pública Estadual ou Municipal, toda a documentação será mantida na Coordenadoria de Apoio Operacional do Ministério Público de Contas – CAOP, de acordo com a Tabela de Temporalidade aprovada em ato normativo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**Daniel de Carvalho Guimarães**  
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas